

NOTA PUBLICA DE APOIO A MANUTENÇÃO DO *STATUS* MINISTERIAL DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

As entidades e órgãos abaixo assinados os quais compoem o Conselho Nacional de Direitos Humanos CNDH vem de publico externar **PREOCUPAÇÃO** com relação ao anuncio de reforma ministerial pelo Governo Federal especialmente no que diz respeito a possiveis reformulações na Secretaria de Direitos Humanos da Presidencia da República – SDH/PR pasta a qual se encontra vinculado o CNDH por força de disposição contida da Lei Federal n. 12 986/14

Sabe se da possibilidade tanto de ampliação da SDH por meio da recepção das pastas de Politicas para as Mulheres e de Politicas de Promoção da Igualdade Racial e também a hipotese de sua departamentalização junto a outro Ministerio. A SDH que tem por atribuições articular e implementar as politicas publicas voltadas para a promoção dos Direitos Humanos no Brasil estaria submetida nessa segunda opção a novo *status* configurador de inconcebível retrocesso

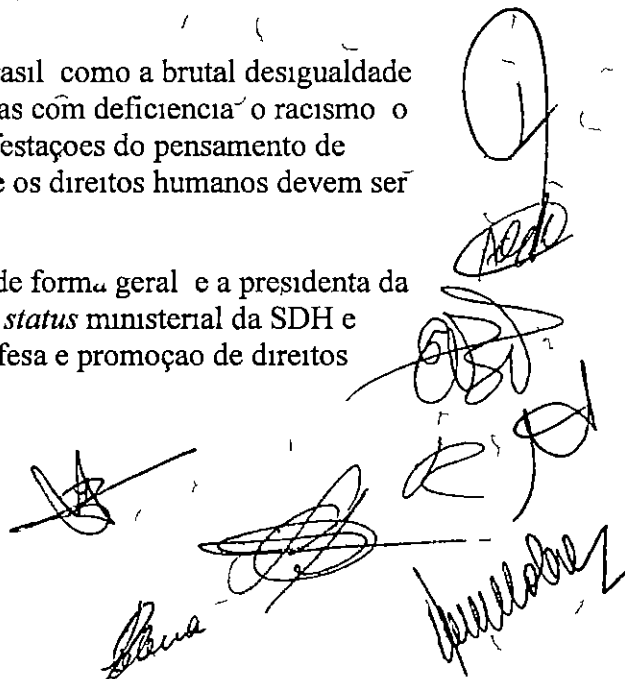
No entender das entidades e orgaos que assinam esta nota tal mudança retiraria a necessaria visibilidade das atividades da Secretaria e fragilizaria as politicas implementadas quer por restarem pulverizadas quer porque mitigadas. Vale ressaltar que a fragilização de sua atuação com a perda do *status* ministerial ja foi vivenciada em 2005 quando passou a ser uma unidade dentro da Secretaria Geral da Presidencia da Republica enfrentando dificuldades para garantir a execução orçamentaria e a implementação de projetos

Especialmente no que concerne ao CNDH Conselho criado com orientação forte nos Principios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Principios de Paris) estabelecidos na Resolução A/RES/48/134 de 20/12/93 da Assembleia Geral das Nações Unidas dos quais se destaca a autonomia as possiveis mudanças podem criar empecilhos para o projeto de consolidação de sua atuação e para a afirmação do colegiado como Instituição de Direitos Humanos do Brasil junto a ONU

A criação de secretarias especificas como Secretaria de Politicas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Politicas para Mulheres e fruto de demandas historicas de grupos que reivindicam reconhecimento de suas particularidades e politicas para a superação das desigualdades que estruturaram a sociedade brasileira e que continuam se impondo contra a consolidação da nossa democracia

Os fatos que ocorrem em todo o mundo e também no Brasil como a brutal desigualdade economica a violencia contra as mulheres contra pessoas com deficiência o racismo o extermínio da juventude negra e o crescimento de manifestações do pensamento de cunho conservador dentre outras questoes mostram que os direitos humanos devem ser postos no centro da ação politica

Nesse sentido manifestamo nos a sociedade brasileira de forma geral e a presidenta da Republica Dilma Rouseff com vistas a manutenção do *status* ministerial da SDH e pela ampliação das politicas publicas para reparação defesa e promoção de direitos humanos

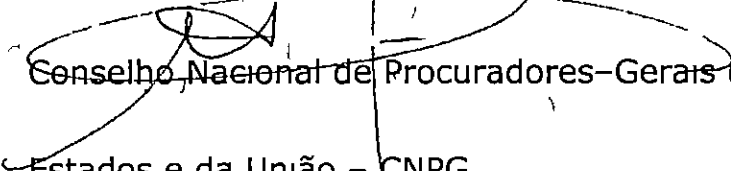


Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document, including a large circular mark and several scribbled signatures.

Assinam

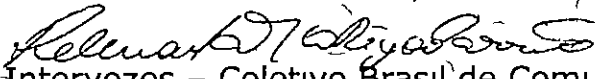

Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER


Conselho Indigenista Missionario - CIMI


Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministerio Publico dos
Estados e da União - CNPG


Defensoria Publica da União - DPU


Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD


Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social


Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH


Movimento Nacional de População de Rua - MNPR


Ordem dos Advogados do Brasil - OAB


Plataforma de Direitos Humanos - DHESCA Brasil